



# DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA NO INTERIOR PAULISTA: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Tobias de Paula Lima Souza  
Bruna Ribeiro Silva

**Resumo** – O artigo busca tecer considerações acerca dos desdobramentos das políticas de desconcentração industrial no Brasil, vislumbradas principalmente entre meados dos anos 60 e fins da década de 1970, cujos impactos foram sentidos com maior intensidade no interior do Estado de São Paulo e na estruturação da rede urbana no interior paulista. Ou seja, o estudo objetiva entender de que forma a estruturação dessa rede de centros urbanos de porte médio em São Paulo diferenciou-se em relação ao restante do país. O procedimento teórico-metodológico consistiu de ampla revisão bibliográfica com o intuito de revisitar o processo de desenvolvimento econômico nacional brasileiro, a concentração industrial e a posterior desconcentração produtiva via interiorização da indústria e do desenvolvimento, de modo a compreender as particularidades da dinâmica econômica histórica do Estado de São Paulo. A análise revelou que as regiões do interior paulista vivenciaram processos de extensão e transformação econômicas, principalmente após os anos de 1960 no bojo das políticas de desconcentração industrial, respeitando a especialização industrial e as condições históricas regionais.

**Palavras-chave:** Desconcentração industrial. Rede urbana paulista. Interior de São Paulo. Cidades-Médias.

**Abstract** - The article seeks to consider the consequences of the policies of the industrial deconcentration in Brazil, seen mainly between the mid-60s and the late 1970s, whose impacts were felt more intensely in the interior of the State of São Paulo. That is, the present work aims to understand how the structuring of the network of medium-sized urban centers in São Paulo differed in relation to the rest of the country. The theoretical-methodological procedure consisted of a large bibliographical review with the purpose of revisiting the process of Brazilian national economic development, industrial concentration and subsequent productive deconcentration through internalization of the industry and the development, in order to understand the particularities of the historical economic dynamics of the State of São Paulo and the constitution of the São Paulo urban network in the context of the deconcentration. The analysis revealed that the regions of the interior of São Paulo experienced processes of economic extension and transformation, mainly after the 1960s in the context of the industrial deconcentration policies, respecting the industrial specialization and the regional historical conditions.

**Keywords:** Industrial deconcentration. São Paulo urban network. Interior of São Paulo. Medium-sized cities.



## 1 Introdução

O Estado de São Paulo está geograficamente dividido em 645 municípios e possui uma população de 41.262.199 habitantes, de acordo com o IBGE (2010). Apresenta uma relevante importância no cenário nacional, uma vez que possui uma economia bastante diversificada, com uma dinâmica regional impulsionada por setores como têxtil, automobilística, de aviação, do açúcar e álcool, o setor de serviços e o financeiro. Em 2010, o estado representava a maior economia do país, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1.247.595.927<sup>1</sup>, constituindo 33,1% da economia nacional. Em 2005, apresentou o terceiro melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados brasileiros, de 0,833, atrás apenas do Distrito Federal (0,874) e Santa Catarina (0,840). Na classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), São Paulo é um estado de alto desenvolvimento, pois situa-se na faixa de 0,800 a 1000. No *ranking* estadual de 2010, publicado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, São Paulo situava-se em segundo lugar, apresentando novamente um alto IDH, de 0,783.

Do ponto de vista econômico e demográfico, o território paulista passou por profundas transformações nas últimas décadas, principalmente quando consideramos o recorte cronológico da década de 1950 até o ano de 2010. Em 1950, o estado apresentava uma população total de pouco mais de 9 milhões de habitantes, taxa de urbanização de 53,3%, densidade demográfica de 36,81 hab./km<sup>2</sup>, Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 73.409.272 e PIB estadual *per capita* de 8 mil reais anuais<sup>2</sup>. Em uma tentativa de regionalização por semelhança entre as microrregiões geográficas do estado de São Paulo<sup>3</sup> (Mapa 1) para o ano de 1950, notamos que as áreas correspondentes à Região Metropolitana de São Paulo (cor azul escuro no Mapa 1) fortemente destacam-se com valores acima da média em praticamente todos os indicadores, com notável destaque para taxa de urbanização, densidade demográfica e valor adicionado da indústria em relação ao PIB, ao compararmos com os demais *clusters* representativos das regiões do interior paulista.

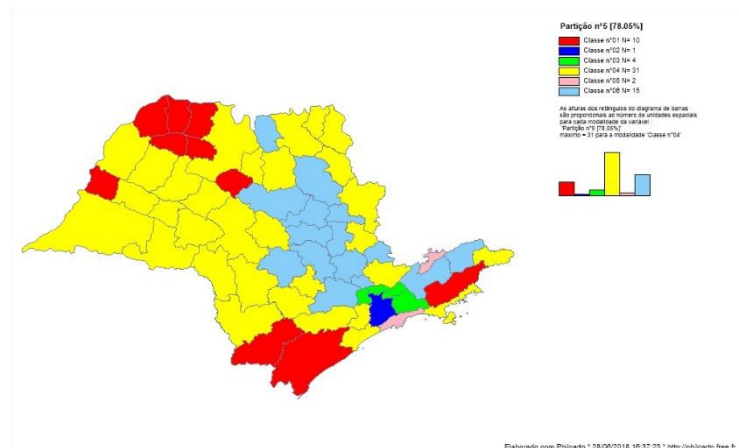
<sup>1</sup> PIB Estadual a preços constantes – R\$ de 2010 (mil) (IBGE);

<sup>2</sup> PIB a preços constantes de 2010 (IPEADATA);

<sup>3</sup> Considerou-se a análise de partição n<sup>o</sup> 5, resultando em 6 classes. Ao agrupar em 6 classes, consegue-se 78,05% da variância explicada. A Análise de Cluster baseia-se no agrupamento por semelhança entre os indivíduos (ser semelhante é estar próximo no espaço geométrico). A técnica de agrupamento ocorreu pelo método hierárquico, de reunião de pares semelhantes, pelo método Ward, o qual baseia-se na variância, com todas as variáveis padronizadas (variável Z, com média igual a 0 e variância igual a 1).

Os demais *clusters*, principalmente os representados pelas cores vermelha e amarela, são fortemente marcados pela atividade agrícola e pecuária e apresentavam desenvolvimento urbano mais limitado quando comparados à média das microrregiões de São Paulo e às áreas no entorno da metrópole paulista. Observamos, principalmente pelo *cluster* azul, o início do processo de espraiamento da indústria para o interior paulista, facilitado por “uma rede de centros urbanos de tamanho médio, por certa tradição industrial e pela existência de uma rede estadual de centros de pesquisa e ensino distribuídos por várias cidades” (DINIZ, 1993, p. 50). Com as políticas de desconcentração industrial adotadas desde a década de 1970, as cidades interioranas foram as grandes beneficiadas, destacando-se o interior do estado de São Paulo. Tal *cluster* (azul claro) já apresentava dinamismo industrial e densidade demográfica acima da média das microrregiões paulistas em 1950 (Mapa 1).

**Mapa 1:** Agrupamento por Semelhança entre as Microrregiões Geográficas, 1950<sup>4</sup>.



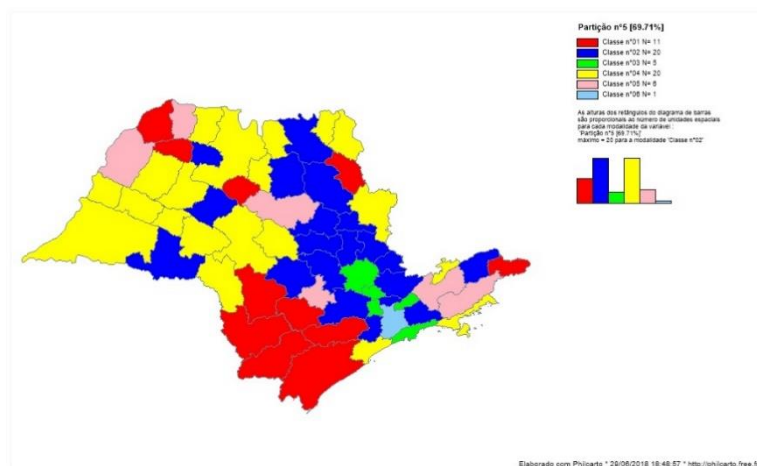
**Fonte:** Elaborado pelos autores (IBGE/IPEADATA/PHILCARTO).

Em 2010, a situação muda-se radicalmente: a população residente ultrapassa os 41 milhões de habitantes, a taxa de urbanização atinge 95,9% e a densidade demográfica sobe para 166,25 habitantes por km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE. O PIB alcança R\$ 1.247.595.927

<sup>4</sup> Foram utilizados dados disponibilizados pela Fundação IBGE (Censo Demográfico de 2010, disponibilizados em formato digital na plataforma SIDRA) e pelo IPEADATA para as microrregiões do Estado de São Paulo. A partir destas variáveis, foram criados indicadores para análise multivariada, por agrupamento por semelhança (Análise de Cluster), considerando os indicadores de Taxa de Urbanização, Densidade Demográfica, Valor Adicionado da Indústria/PIB, Valor Adicionado Serviços/PIB, Valor Adicionado Agropecuária/PIB, e PIB *per capita*, os quais foram construídos para cada microrregião paulista. Em seguida, elaborou-se o mapa do estado representando os *clusters* formados, no *software* de cartografia temática PhilCarto.

e o PIB estadual *per capita* supera os 30 mil reais anuais, considerando preços constantes de 2010. Em uma nova tentativa de regionalização por semelhança entre as microrregiões geográficas do estado de São Paulo, agora para o ano de 2010<sup>5</sup> (Mapa 2), notamos que a área correspondente à região metropolitana de São Paulo (cor azul clara) agora é fortemente marcada pelo dinamismo no setor de serviços, ao passo que os *clusters* representados pelas cores azul escuro, amarela e verde, cobrindo a maior parte do interior paulista, destacam-se com valores acima da média das demais microrregiões para os indicadores de dinamismo industrial, serviços e PIB *per capita*, respectivamente. A Região do Vale do Ribeira, representada no Mapa 2 pelo *cluster* de cor vermelha, permanece sendo caracterizada pela atividade agropecuária.

**Mapa 2:** Agrupamento por Semelhança entre as Microrregiões Geográficas, 2010.



**Fonte:** Elaboração própria (IBGE/IPEADATA/PHILCARTO).

A estratégia industrial colocada em prática através do II PND articulou um período de investimentos públicos e privados, fomentados pela ação do Estado no esforço de integrar a estrutura industrial e robustecer o processo de industrialização entre meados dos anos 60 e fins da década de 70 (SUZIGAN, 1988, p. 9-10). Entre os objetivos da estratégia industrial, colocava-se a atenuação dos desníveis regionais do desenvolvimento industrial, compatibilizando economias de aglomeração com os movimentos de descentralização e

<sup>5</sup> Considerou-se a análise de partição nº 5, resultando em 6 classes. Ao agrupar em 6 classes, consegue-se 69,71% da variância explicada. A classificação das unidades espaciais de acordo com as suas semelhanças, representada no Mapa 1 e 2, é feita a partir dos perfis médios, baseado nas médias em desvio padrão, em que cada barra parte, para a esquerda ou para a direita, de um ponto central, que é a média da variável em relação ao todo (todas as unidades espaciais do mapa).



realocação industrial (ROSSETTI, 1995, p. 230) com o intuito de aumentar o dinamismo do território econômico nacional ao aumentar o processo de interiorização, como previa a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) do II PND.

O processo de desconcentração circunscreveu-se a determinadas partes do território nacional, e o interior paulista vivenciou esse processo de maneira acentuada em virtude de vantagens substanciais e especificidades históricas de seu desenvolvimento econômico e ocupacional. Cano (1997) salienta que, entre 1970 e 1985, a participação da Grande São Paulo na produção industrial nacional caiu de 43,5% para 29,4%, enquanto a participação do interior paulista subiu de 14,7% para 22,5%. Atualmente, o interior paulista representa um dos maiores mercados consumidores do país, o segundo em termos de PIB após a Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com dados da Fundação Seade e do IBGE.

É nesse contexto que se pretende argumentar acerca da desconcentração industrial e a estruturação da rede urbana no interior paulista, principalmente após as políticas de desconcentração industrial adotadas desde a década de 1970, em que as cidades interioranas foram as maiores beneficiadas, destacando-se o interior do Estado de São Paulo. Ou seja, entender de que forma a estruturação dessa rede de centros urbanos de porte médio em São Paulo diferenciou-se em relação ao restante do país. Busca-se, adicionalmente, verificar de que forma a realidade interpretada a partir da construção dos mapas temáticos encontra embasamento na bibliografia referente ao tema.

O artigo compõe-se de seis seções, contando com esta Introdução e as Considerações Finais. Na segunda seção discutem-se os conceitos de centralidade, hierarquia das cidades e rede urbana. A seção 3 analisa o processo de desenvolvimento econômico nacional, com o intuito de compreender a dinâmica paulista até a Crise de 1929 e a integração do mercado nacional. Na seção 4 elabora-se uma reflexão do processo de desconcentração industrial e a interiorização do desenvolvimento, ao passo que a seção 5 discute a rede urbana paulista no contexto da desconcentração. Por fim, a seção final conclui as principais ideias inferidas a partir da reflexão pretendida no decorrer do artigo.

## **2 Centralidade, Hierarquização das Cidades e Rede Urbana**

Desde o final do século XIX, observamos a manifestação de diversos autores em busca de uma teoria que explicasse a organização espacial dos centros urbanos, assim como



suas localizações e interações, mediante o entendimento de que as cidades não estariam dispostas de maneira fortuita (CLAVAL, 1968). Logo, torna-se premente a necessidade de uma teoria que respondesse às condições de estabelecimento das redes urbanas e suas expressões espaciais por intermédio das interações entre os núcleos urbanos.

A Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller, buscou investigar a lógica hierárquica subjacente à rede de interdependência que levaria à centralização, ou seja, os fatores que norteavam o tamanho, a distribuição e o número das cidades. Os “Lugares Centrais” seriam os pontos espaciais mais elevados hierarquicamente devido à sua maior disposição de bens e serviços, capazes de responder às demandas específicas dos agentes econômicos de uma determinada área envolvente. Assim, existiria um sistema de cidades, em que todos formariam um elo na hierarquia, e a posição de cada cidade estaria sujeita à quantidade e variedade de bens centrais e serviços ofertados, determinando seu grau de centralidade (CHRISTALLER, 1966).

Corrêa (2006) caracteriza a rede urbana como a articulação funcional entre um conjunto de centros urbanos, cuja complexidade aumentaria segundo o adensamento das formas de reprodução do capital, considerando que a rede urbana é o meio pelo qual o consumo e as atividades de produção e circulação se realizam de maneira efetiva. As conexões entre os centros urbanos caracterizam as interações espaciais, as quais tornam-se mais complexas conforme a diferenciação espacial da produção, inserida na lógica da reprodução do capital, se amplifica e eleva quantitativamente e qualitativamente as conexões entre os inúmeros centros de portes e funções diversas.

A definição do conceito de cidade também enfrenta dificuldades. Leão (2010) recorda que a definição entre os limites do rural e a pequena cidade, por exemplo, dependem do contexto regional considerado e do nível de centralidade que possui. Logo, o conceito de existência de uma cidade depende mais da complexidade de suas funções urbanas do que do tamanho populacional que possa apresentar (LEÃO, 2010, p. 138). Sposito (2004) argumenta que os conceitos de cidade média ou cidade pequena, por exemplo, submetem-se às relações estabelecidas com outras cidades e a importância adquirida dentro da hierarquia das cidades e na esfera de rede urbana, assim como as funções, os papéis desempenhados e o nível de centralidade determinado dentro das mesmas.



No Brasil, o IBGE atualiza o quadro de referência da rede urbana brasileira com a publicação *Regiões de Influência das Cidades*<sup>6</sup>. Baseada na concepção de centralidade discutida anteriormente, a pesquisa do IBGE mostra a nova hierarquia dos centros urbanos, bem como a delimitação das regiões de influência associadas a cada um deles. A publicação aponta que, na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão – pública e empresarial – mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços.

As cidades brasileiras foram classificadas em cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis: Metrópoles<sup>7</sup>, Capital Regional<sup>8</sup>, Capital Sub-Regional; Centro de Zona (nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares); e Centro Local (centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes).

## 2.1 As Cidades Médias

Apesar de não existir um consenso sobre o conceito de cidades médias, costuma-se considerar o aspecto demográfico para identifica-las, ou seja, cidades-médias seriam aquelas com população total entre 100 mil até 500 mil habitantes, principalmente as cidades da Região Sudeste, já que o conceito pode alterar-se ao expandirmos para outras regiões. Consideradas como núcleos estratégicos da rede urbana do Brasil, as cidades médias podem ser classificadas nas categorias de Centro Regionais, Centro Sub-Regionais de nível 1 e Centro

---

<sup>6</sup> A versão de 2007 é a publicação mais recente e a quarta desta linha de pesquisa, inaugurada com a publicação de 1972, seguida pela publicação de 1988 e a de 2000.

<sup>7</sup> Conjunto constituído pelos 12 principais centros urbanos do país, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. Subdivide-se em três subníveis: Grande Metrópole Nacional (São Paulo), Metrópole Nacional (Rio de Janeiro e Brasília) e Metrópole (os outros 9 centros urbanos);

<sup>8</sup> Integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, também tem três subdivisões: Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País.



Sub-Regionais de nível 2. Para a hierarquização dos mais importantes centros urbanos na rede urbana brasileira, foram utilizados critérios como a centralidade, escala de urbanização, grau de complexidade e diversificação da economia urbana (MOTTA e MATA, 2008; ANDRADE e SERRA, 2001). Sposito (2004, p. 331) faz uma diferenciação conceitual entre uma cidade média e uma cidade de porte médio: a primeira desempenha “papeis intermediários e/ou regionais no conjunto da rede urbana”, ao passo que a segunda precisa de ter entre 100 e 500 mil habitantes, ou seja, obedece ao critério de tamanho populacional, enquanto cidade média relaciona-se à posição na hierarquia de cidades e nas relações com outros centros urbanos.

Otero (2012) recorda que, embora sejam definidas, a grosso modo, como os municípios com população entre 100.000 e 500.000 habitantes, as cidades médias também guardam relações com outras questões, estando condicionadas também a fatores qualitativos tão importantes quanto os critérios de base quantitativa. Qualitativamente, seriam realçadas suas características funcionais e o fato de constituírem elos de ligação entre centros locais e os centros globais. Quantitativamente, o conceito de cidade média seria norteado por critérios de centralidade, urbanização, tamanho populacional e qualidade de vida (CASTELLO BRANCO, 2006).

Em estudo realizado sobre a década passada, principalmente entre os anos 2000 e 2007, Motta e Mata (2008) destacaram que as cidades médias foram aquelas que apresentaram de maneira mais acentuada um crescimento econômico e populacional, cujo processo de urbanização foi impulsionado não apenas pelo setor industrial, mas também devido ao crescimento do setor de serviços. Andrade e Serra (2001) recordam que, em 1996, as metrópoles regionais e os centros regionais e sub-regionais, os quais constituem-se basicamente de cidades médias, foram importantes áreas de produção nacional, respondendo por cerca de 30% do produto brasileiro naquele ano.

A promulgação da Constituição de 1988 e o processo de redemocratização foram acontecimentos que marcaram a década de 1990, assim como a tendência liberalizante da economia, com reformas macroeconômicas de caráter liberal e privatizações de políticas públicas. A reorientação do papel do Estado e a abertura dos mercados impactaram a estrutura pública de fomento ao desenvolvimento urbano e regional, tratando-o na esfera da economia de mercado (COUTINHO, 2003; ROLNIK, 2009). Com o esgotamento do modelo desenvolvimentista e as transformações das sociedades capitalistas, alteraram-se as relações





entre Estado e setor empresarial, agora pautadas em um projeto público-privado de desenvolvimento local, com a primazia do interesse privado com suporte das agências governamentais. Emergiu a demanda por governos locais empreendedores, que atraíssem novos investimentos em um cenário de escassez de recursos e de acirramento da competição entre cidades (CASTELLS e BORJA, 1996 apud GOULART, TERCI e OTERO, 2016).

A população, o Estado e a iniciativa privada se beneficiaram das cidades médias seja pela qualidade de vida que oferecem, seja pela competitividade que apresentam devido ao tamanho ainda considerado como “governável”. Além de atenderem às expectativas de empreendedores e cidadãos, são apontadas como locais privilegiados para se viver devido ao bem-estar e à oferta de serviços de boa qualidade. Na atual configuração da rede urbana, é inegável o papel expressivo que conquistaram (MOTTA e MATA, 2008; STEINBERGER e BRUNA, 2001).

### **3 Processo de Desenvolvimento Econômico Nacional**

Para Cano (2007), o processo do desenvolvimento econômico e da concentração industrial na região da Grande São Paulo é indissociável da compreensão do processo de formação e integração do mercado nacional. O autor divide em dois períodos o processo de formação do mercado nacional: o período até a crise de 1929 e o período de 1929 em diante. Em relação ao primeiro período, denominado por Cano como a fase de “autonomia relativa”, em que a economia cafeeira se afirma como a mais importante, o “sistema econômico nacional estava constituído por um conjunto de economias mercantis escravistas, voltadas para o mercado externo e muito pouco integradas internamente. Em razão do elevado grau de autonomia existente, o crescimento desigual inter-regional é resultante do dinamismo diferenciado de suas exportações” (CANO e GUIMARÃES NETO, 1986).

O segundo período, de 1929 em diante, o “processo de integração, comandado pelo capital industrial, sobretudo o sediado em São Paulo, se caracteriza pela articulação comercial das regiões, com o domínio gradativo dos mercados regionais pela indústria localizada nas áreas mais desenvolvidas” (CANO e GUIMARÃES NETO, 1986, p. 183). O setor cafeeiro caracterizava-se, em uma primeira fase, por uma estrutura econômica agrária, exportadora, centrada no Vale do Paraíba (SP/RJ) e assentada no trabalho escravo e no capital inicial proveniente de fontes internas. Já num segundo momento, quando o polo do setor cafeeiro



migra para o Oeste Paulista, onde encontra condições propícias para seu desenvolvimento, o complexo do café se desenvolve com trabalho livre e assalariado, produção mais moderna. Uma nova mentalidade se formava, empresarial e dinâmica, e a chegada das ferrovias e as migrações acentuavam essas transformações. O café desempenhava um papel central nessa estrutura econômica e proporcionou as bases da liderança industrial paulista. Para Negri (1994, p. 34):

a economia cafeeira se diferencia dos demais complexos exportadores por seu dinamismo exigir uma rápida urbanização, a implantação de um sistema de transportes, a consolidação de diversificado elenco de serviços de apoio à produção e porque sua própria característica implica numa economia descentralizada, que se expandia para o interior do estado (NEGRI, 1994, p. 34).

### 3.1 Dinâmica paulista até a Crise de 1929

São Paulo, no entanto, teve um destino diferente, com a expansão do café a partir de 1870 e a introdução das ferroviárias, a máquina de beneficiamento de café, proporcionando redução dos custos de transporte e produção, e a ampliação das margens de lucro, com aumento potencial de acumulação (CANO e GUIMARÃES NETO, 1986). O problema da mão de obra, agora com preços altos e escassa, fora solucionado com a imigração, “que permitiu a liberação de capitais antes imobilizados na compra de escravos, ampliou a oferta de trabalho em atividades urbanas, assim como o mercado de bens de consumo leve. *Libertou da escravidão o capital*” (NEGRI, 1994; CANO e GUIMARÃES NETO, 1986, grifo do autor). Era em São Paulo que se criavam as condições para uma acumulação capitalista diversificada, já que não se acumulava apenas café, mas também em estradas de ferro, bancos, indústrias, comércio, eletricidade, entre outros. Assim, o capital cafeeiro se desdobrava em múltiplas faces (idem, 1986, p. 175).

O contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) significou, para o Brasil, o estrangulamento no comércio exterior do país. A economia de São Paulo, conforme abastecia os mercados periféricos da nação, também acentuava seu grau de acumulação industrial relativamente às outras regiões do país, dando o segundo passo para a conquista do mercado nacional, até então pouco integrado (idem, 1986). No período que se encerra com a Crise de 1929, observa-se uma importante expansão industrial basicamente no ramo de bens de consumo não duráveis nas diversas regiões do país, elevando uma concorrência inter-regional para a qual São Paulo mostrava-se mais capacitada para vencer, uma vez que



apresentava terras disponíveis e incorporadas, abundante oferta de força de trabalho e disponibilidade tecnológica, ao passo que a agricultura paulista também apresentava um dinamismo mais forte, se expandindo e se diversificando tanto na produção de matérias-primas como na produção de alimentos (CANO, 2007).

### 3.2 A Integração do Mercado Nacional

No entanto, entraves existiam para a efetivação de um autêntico mercado nacional, e a eliminação destes entraves impeditivos fazia-se necessária tendo em vista o objetivo final da integração do mercado nacional. Este consolidou-se com as conexões rodoviárias a partir de 1930 e a eliminação das barreiras tarifárias interestaduais, possibilitando maior complementariedade inter-regional e fomentando o crescimento das economias de todas as regiões do país, porém de forma desigual e heterogênea (CANO, 2007). A partir de 1929, com o processo de industrialização acontecendo, as condições históricas de São Paulo permitem a concentração industrial nessa região, e Negri (1994) destaca a forte penetração que já se observa no interior, ou seja, a conformação da indústria não se manteve restrita apenas à região da Grande São Paulo: “[indústria] a de bens de consumo leve estava se diversificando e não apresentava razões locais rígidas; a de beneficiamento tinha que acompanhar a penetração espacial das culturas pelo interior; a de madeira, a de papel e papelão e a de minerais não-metálicos, assim como a maior parte da produção de bens intermediários tinham que se instalar junto às fontes fornecedoras de suas matérias-primas” (NEGRI, 1994, p. 43).

Sobre a integração do mercado nacional, Cano (2002) recorda a severidade da Crise de 1929, a qual desnudou a incapacidade de persistirmos dentro dos cânones do liberalismo ao expor nossa vulnerabilidade externa e ao deflagrar uma crise interna (cafeeira e industrial), desencadeando, conseqüentemente, uma crise política e uma revolução:

nossa vulnerabilidade externa foi rapidamente desnudada, mas, ao mesmo tempo, desnudou também nossa potencialidade de defesa da economia nacional. O novo governo adotou o rumo de iniciar uma soberana política nacional de desenvolvimento, que possibilitou o uso interno mais intenso de nossa agricultura, de nossa mineração e de nossa indústria, tornando cativo a elas o mercado nacional (CANO, 2002, p. 276).

O início da Era Vargas fomentou a extinção das barreiras fiscais estaduais que dificultavam amplo deslocamento inter-regional de mercadorias e promoveu a construção da infraestrutura necessária de energia e transporte, favorecendo a expansão do comércio inter-



regional, permitindo que “um arquipélago econômico” pudesse integrar seu mercado nacional (CANO, 2002). No período de 1930 a 1955, é predominante a produção de bens leves nessa fase da industrialização, em que a expansão dessa fase de “industrialização restringida” se apoia na necessidade de exportações a fim de gerar divisas para importação de bens de capital e de bens intermediários. Cano (2002, p. 276) coloca que o uso mais intenso dos próprios recursos nacionais beneficiou apenas seu estado mais industrializado – São Paulo –, cuja indústria, entre 1928 e 1939, cresceu à média anual de 7,3%, ao passo que a do restante do país o fez a 6,4%. Já quando consideramos a taxa média anual de crescimento do PIB total entre 1939 e 1970, esta foi de 5,86% para o Brasil e 6,67% para São Paulo.

#### **4 Concentração e Desconcentração Produtiva e Interiorização do Desenvolvimento**

A produção industrial brasileira concentrou-se no Sudeste, mais exatamente na região da Grande São Paulo. O predomínio de São Paulo foi acentuado, com sua participação na produção nacional da indústria de transformação aumentando, ininterruptamente, até 1970 quando atinge 58,2%. Entre os fatos nacionais importantes que impactaram a política econômica do período, sobressaem-se a notável expansão do Estado, do sistema nacional de planejamento e da montagem de instituições e instrumentos orientadores da política de desenvolvimento regional, assim como o papel exercido pelo investimento público, o qual era indispensável aos esforços mais gerais de desenvolvimento nacional e regional. O período entre 1960 e 1970 também presenciou notável expansão e diversificação da agropecuária e da agroindústria e da própria expansão industrial em setores mais complexos, como insumos básicos e bens de capital, além da acentuada expansão da infraestrutura de transporte, telecomunicação e energia (CANO, 2002, p. 279).

Como já comentado brevemente no tópico anterior, a concentração em São Paulo beneficiou-se do complexo capitalista cafeeiro: a atividade produtora do café; a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas dentro e fora da propriedade cafeeira; a atividade industrial, produção de equipamentos, sacarias de juta, têxtil; a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário paulista; a atividade de exportação e importação; o desenvolvimento de infraestruturas de portos, armazéns, transporte urbano e comunicações; a atividade do Estado federal e estadual, com gastos públicos; o movimento imigratório; os



saldos da balança comercial com o exterior e com o restante do país, entre outros componentes (CANO, 1977).

No momento de extrema polarização da indústria de transformação nacional, inicia-se um processo mais decisivo de desconcentração produtiva, de um lado devido aos efeitos positivos das políticas regionais anteriores na atração de inversões privadas, e por outro lado em razão da ação do Estado no sentido de desconcentrar energia, transportes, telecomunicações agricultura e agroindústria, e indústrias básicas. O fenômeno da desconcentração aconteceu não apenas no sentido de São Paulo para o restante do país, já que a indústria do interior paulista também aumentou sua participação nacional, de 14,7% para 22,5%, denotando determinantes de localização de atividades econômicas diversos que os emanados apenas por decisão estatal (CANO, 2002, p. 279-80).

A instalação da indústria pesada no país, principalmente no período de forte avanço da industrialização a partir de 1956 a 1962, amplia ainda mais os efeitos de estímulo sobre a estrutura produtiva periférica. Surgiria ainda outro tipo de efeito: os de *bloqueio*, uma vez que instalada em São Paulo o segmento industrial que viesse a operar com escala para atender ao mercado nacional, impediria a possibilidade de outro impedimento semelhante ser instalado também na periferia (CANO e GUIMARÃES NETO, 1986, grifo no original). O Plano de Metas foi decisivo no processo de concentração industrial, porém, é nesse momento que se delineou uma nova política regional, baseada em incentivos aos investimentos para o Nordeste (COUTINHO, 2003).

A primeira fase da industrialização pesada, entre 1956 e 1970, representou, sobretudo para São Paulo, um momento de consolidação das bases materiais de uma sociedade urbana e industrial. Transformações no setor agropecuário e no terciário eram respostas às modificações sentidas na estrutura e propagadas pelo espaço do interior do Estado de São Paulo, o qual passou a ter uma extensa rede ferroviária e uma completa rede rodoviária ligando suas Regiões Administrativas aos Estados vizinhos e à Capital. Associadas, juntamente, à agricultura de dimensão nacional e ao acelerado progresso de urbanização no período 1959/1970, as bases para a consolidação de uma indústria interiorizada estavam, dessa forma, estabelecidas, constituindo uma indústria que, em 1970, respondia por quase 30% do valor da produção industrial de São Paulo e por 16% do nacional (NEGRI, 1994, p. 117). Às vésperas da implementação do II Plano Nacional do Desenvolvimento, o interior paulista apresentava condições específicas em termos de infraestrutura e dinâmica



econômica, sinalizadoras de características históricas do desenvolvimento de seu espaço econômico (OTERO, 2012).

Quando, em 1970, a indústria paulista atinge 58,2% da indústria nacional, tanto o governo federal quanto o governo do Estado de São Paulo implementam ações visando lograr uma desconcentração industrial. Caiado (1995) e Cano (2008) elencam algumas razões que explicam esse movimento no território paulista: políticas estaduais de interiorização, com elevados investimentos em infraestrutura; restrições ambientais, surgimento de “deseconomias de aglomeração” e fortalecimento de atividades sindicais na Região Metropolitana de São Paulo, dificultando novos investimentos na metrópole; articulação da moderna agricultura com o setor industrial, gerando complexos industriais; incentivos fiscais; existência de uma estruturada rede de cidades; investimentos diretos industriais realizados pelo governo federal em alguns municípios paulistas, irradiando para diversos ramos industriais, entre outras razões.

Sposito (2015) retoma que a industrialização no estado de São Paulo manifesta-se em diversos locais, e com maior relevância em cidades médias, cumprindo, estas, duas funções: criar empresas e estabelecimentos industriais com o intuito de preparar o interior do estado para seu crescimento industrial, e dotar este interior de capacidade de instalação de estabelecimentos industriais resultantes da desconcentração industrial a partir da capital ou do processo de disjunção produtiva. Decorre daí a caracterização da industrialização em São Paulo como um processo de “mão dupla”, em que a força capital como *locus* da gestão capitalista se reforça e reforça áreas privilegiadas da rede urbana estadual, principalmente aquelas localizadas ao longo dos eixos de desenvolvimento<sup>9</sup> (SPOSITO, 2015, p. 374). O autor argumenta que as condicionantes para se explicar a localização das atividades industriais incluem componentes que revelam a formação de eixos de comunicação e de fluxos de mercadorias e de informações, os quais se apresentam em forma de rede dendrítica, refletindo o papel desempenhado pela cidade de São Paulo como centro de decisões no Brasil.

---

<sup>9</sup> De acordo com Sposito (2015, p. 378-79), resgatando a contribuição de Sánchez-Hernández (1998), o conceito de eixo de desenvolvimento apresenta algumas características, como ser um “conjunto de vias de transporte que outorga acessibilidade aos fatores de localização industrial”, ser um “reductor das incertezas nas decisões de localização”, ser um conjunto de “vias de transporte balizadas por núcleos urbano-industriais”, ser “canal de circulação de mercadorias” por causa da demanda de transporte solicitada pelos núcleos urbano-industriais, cenário privilegiado para a difusão de inovações, entre outras características.



Ao tratarmos de industrialização, é pertinente fazer menção à temática da localização industrial. Para a compreensão do território paulista por meio da localização industrial no estado de São Paulo, Sposito (2015, p. 386) considera, como possibilidades metodológicas que auxiliam na interpretação da localização industrial e no papel das cidades ao longo dos eixos de desenvolvimento, aquela que relaciona os números de estabelecimentos industriais e os números de empregos na indústria (vínculos empregatícios). A análise dessa relação mostra densidades maiores ao longo dos eixos de desenvolvimento conformados pelas principais rodovias. O autor considera que, na interpretação da localização industrial no estado de São Paulo, “intensidade e extensividade, quantidade e qualidade, espaço, tempo e território são conceitos que se articulam” (idem, p. 400). É notável que aconteceu um processo de industrialização no estado, com maior relevância na capital e em áreas próximas. Porém, a indústria se disseminou por outras áreas do estado, ocorrendo uma “*disseminação do modo industrial*. Em outras palavras, a industrialização não se realizou em todo o território do estado, mas o *modo industrial* pode ser verificado nos principais núcleos da rede urbana do estado” (SPOSITO, 2015, p. 401-2, grifos no original).

Segundo Sposito (2012 apud SPOSITO, 2015, p. 375), as cidades no território paulista são “objeto de escolhas locacionais de atividades de produção industrial antes mais afeitas aos espaços metropolitanos, em função das possibilidades abertas pela melhoria dos transportes e das comunicações, tanto quanto em decorrência dos ajustes do sistema flexível”. A expansão territorial recai sobre as cidades médias no decorrer do século XX, reforçando os vínculos regionais entre as cidades pequenas e as médias e articulações interescares de todo tipo entre as cidades médias e circuitos espaciais mais amplos (SPOSITO, 2012 apud SPOSITO, 2015, p. 376).

Caiado (1995) destaca que as realidades territoriais do interior, ao tornarem-se mais complexas, engendraram formações espaciais que expressam a inserção do interior paulista na produção econômica nacional, mas, principalmente, o caráter contraditório desse crescimento. No primeiro momento, na capital e em seu entorno imediato localizavam-se os setores industriais mais dinâmicos, e ao buscarem novas alternativas de localização foi mantida a mesma lógica de decisão, privilegiando os centros regionais próximos à Região Metropolitana de São Paulo. Sposito (2007), no entanto, argumenta que a área da Grande São Paulo não deixou de ser a principal área industrial do país, mas foi se especializando em atividades do setor terciário e nos serviços de alta tecnologia.



Assim, a Grande São Paulo detém a centralização do comando do grande capital privado no Brasil e sedia a maioria dos mais importantes complexos industriais, comerciais e financeiros. Para o autor, a configuração atual que orienta a desconcentração produtiva e a centralização da gestão nas dinâmicas territoriais no Estado de São Paulo é definida pelo paradigma dos eixos de desenvolvimento, aplicando-se, tal denominação, a esse território, não a todas as áreas. Logo, “há reforço dos papéis desempenhados pelas cidades médias quanto à localização de empresas comerciais e de serviços, com a paralela espacialização das atividades industriais e agroindustriais que expressam a divisão regional do trabalho” (SPOSITO, 2007). Tal divisão regional do trabalho estaria marcada, de acordo com o autor, pela diferenciação entre as regiões administrativas próximas de São Paulo e em direção à parte norte do estado (Campinas, São José dos Campos, São Paulo, Santos, Ribeirão Preto) e aquelas situadas na porção oeste e sul do Estado de São Paulo (Araçatuba, Presidente Prudente e Registro).

Finalizando este tópico, convém recordar a contribuição de Diniz (1993) acerca do espraiamento da indústria paulista e do processo de reversão da polarização, e que permite conciliar a ideia de reversão da polarização da Região Metropolitana de São Paulo com a ideia de uma aglomeração num grande polígono, que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre, incluindo o próprio Estado de São Paulo. De acordo com este autor, o “efeito combinado das diferentes mudanças tende a confinar o crescimento econômico nacional no polígono Belo Horizonte – Uberlândia - Londrina/Maringá - Porto Alegre – Florianópolis - São José dos Campos - Belo Horizonte”. Regiões como o Nordeste, objeto de políticas regionais, não teriam demonstrado capacidade de sustentar um crescimento diferenciado que se traduza em alteração macroespacial significativa, a despeito do crescimento industrial do Estado da Bahia (DINIZ, 1993).

## **5 Rede Urbana Paulista no contexto da desconcentração**

Desde a década de 1970, assistia-se ao colapso do modelo nacional-desenvolvimentista do Estado. O II Plano Nacional de Desenvolvimento, vislumbrado para o período de 1975 a 1979, ainda buscou reafirmar a responsabilidade do setor público na provisão da infraestrutura econômica e social, imputando ao setor privado a função de produzir os demais bens e serviços finais. No entanto, diante de um cenário de crise





econômica internacional e de medidas contencionistas de política econômica por parte das nações ocidentais industrializadas, os objetivos do II PND foram fortemente afetados, em decorrência da progressiva redução do papel do Estado como “centro propulsor do processo de investimento-crescimento e ainda quanto ao exercício da intervenção autoritária e abrangente” (ROSSETTI, 1995, p. 120).

Dentro do processo de desconcentração regional, as cidades médias foram projetadas pelo II PND no cenário econômico “em detrimento das grandes aglomerações metropolitanas”, as quais viram sua importância diminuir diante do importante crescimento econômico e demográfico das cidades de porte médio, ainda que estas viessem a apresentar, em proporções distintas, uma grande parcela dos problemas urbanos e sociais antes apenas verificados nas grandes aglomerações (GOULART, TERCI e OTERO, 2013). Ainda sobre a base estratégica da política urbana nacional concebida pelo Estado nos anos 70, Steinberger e Bruna (2001) ressaltam a visibilidade no final da década de 90 de uma “substancial desconcentração” via cidades de porte médio, as quais expandiram seu papel na configuração da rede urbana brasileira e no planejamento regional e urbano. No Sudeste, delineou-se a descentralização das atividades produtivas das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro para centros periféricos de médio porte junto à proposta de “desconcentração intra-regional com atuação preferencial sobre os núcleos urbanos com mais de 50 mil habitantes” (STEINBERGER e BRUNA, 2001, p. 44).

No entanto, a política urbana do II PND trazia uma proposta contraditória à política econômica: o reforço das cidades de porte médio no âmbito da proposta de desconcentração regional estava na contramão da economia de mercado, em que a ênfase nos setores de bens de capital e insumos básicos evidenciavam o caráter “nitidamente reconcentrador em termos espaciais”, privilegiando a concentração de investimentos nos grandes aglomerados urbanos (idem, 2001, p. 46). O foco nas cidades médias objetivava equacionar esse conflito, pois os polos secundários se aproveitariam das vantagens das aglomerações existentes enquanto auxiliariam na estruturação de um sistema urbano nacional mais equilibrado (STEINBERGER e BRUNA, 2001).

Elaborado com recursos exclusivamente federais, o Programa Cidades Médias foi desenhado com a intenção de destinar vultosos investimentos em cidades médias para edificação de infraestrutura adequada aos investimentos industriais privados. O escopo definido incluía 40 cidades no interior paulista, em um universo de 76 cidades selecionadas



para esse financiamento. A rede urbana paulista, como aponta Caiado (1995), é a mais complexa do país devido ao dinamismo econômico que, “quer pela interiorização da indústria, quer pelo desenvolvimento da moderna agricultura e surgimento da agroindústria, tem-lhe proporcionado uma grande expansão. Singer (1977) recorda a importância dos fluxos no processo histórico de formação desse centro urbano, uma vez que São Paulo era o ponto de conexão entre diversos circuitos comerciais que fluíam nas mais variadas direções, do sul ao centro do país e do litoral para o interior. O entrelaçamento de fluxos ocasionou uma configuração espacial específica nesta porção do território nacional, em que, como destaca Ramos (1998), já no século XIX era possível vislumbrar o esboço de uma rede urbana gradualmente consolidada pelos circuitos decorrentes da divisão territorial do trabalho.

Caiado (1995) enriquece a discussão a respeito da interiorização do desenvolvimento ao conceber que o crescimento de 10 para 22 cidades com mais de 100 mil habitantes no interior durante os anos de 1980, em uma década em que a Região Metropolitana de São Paulo ampliou sua participação no total da população estadual, é expressão da polarização exercida pelos centros regionais de maior porte, numa década de grandes movimentos migratórios, além de ser, seguramente, manifestação do próprio processo de interiorização. Ao dispersarem-se pelo interior, movimentos migratórios fortaleceram algumas cidades como polos regionais e expressaram grande relação com o desempenho econômico regional. De acordo com o autor, já no censo de 1991, o IBGE mostrou que em São Paulo existiam, fora da RMSP, 26 cidades com mais de 100 mil habitantes, abrigando, no conjunto, 55% da população urbana do interior. Destas, dez possuíam mais de 250 mil habitantes (CAIADO, 1995, p. 50).

Ao mesmo tempo, o autor ressalta que o deslocamento das atividades econômicas e da população, “ao privilegiar as sedes regionais e/ou seus entornos imediatos, notadamente das regiões de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Ribeirão Preto, à medida que fortaleceu o papel daqueles centros na rede urbana estadual, trouxe para o interior um padrão de urbanização até então vigente somente na metrópole” (CAIADO, 1995, p. 49-50). Este padrão trouxe consigo seu reverso, a face “moderna” da urbanização: a articulação ao grande capital imobiliário, responsável pela implantação de condomínios fechados horizontais, grandes edifícios comerciais, *shopping centers*, “produto espacial da heterogeneidade estrutural, na qual parcelas da população estão excluídas da possibilidade de apropriação adequada do espaço urbano, habitando em periferias, favelas e cortiços” (idem, p. 50). No



entanto, o dinamismo do interior paulista também se beneficia por fazer parte da porção mais desenvolvida da rede que se articula mundialmente através de São Paulo, uma metrópole com conexões internacionais, da qual o interior paulista é tributário e próxima de circuitos maiores devido às articulações estabelecidas pela capital paulistana.

O conjunto de cidades com mais de 250 mil habitantes apresenta um grau de concentração maior, não se encontrando tão dispersas e situando-se nas regiões mais industrializadas, como as regiões administrativas de Campinas, Santos, Vale do Paraíba e Sorocaba, ou em regiões onde a agricultura e a agroindústria apresentam elevado dinamismo. Assim, Caiado (1995) conclui que as maiores cidades do interior estão localizadas nas regiões mais industrializadas e de maior desenvolvimento, demonstrando a relação profunda existente entre a dinâmica populacional e o crescimento econômico no Estado de São Paulo.

## 6 Considerações Finais

A partir de uma compilação bibliográfica e teórica e considerando as opções metodológicas apresentadas, este artigo, longe de esgotar a discussão acerca do processo de concentração e desconcentração industrial e a articulação da rede urbana paulista no interior desses processos, buscou chamar a atenção para a magnitude e a importância da discussão desses acontecimentos, com destaque especial para as transformações sentidas no território paulista, cuja estruturação da rede urbana foi intensamente impactada pelas políticas de desconcentração industrial adotadas desde a década de 1970, as quais beneficiaram, principalmente, as cidades interioranas de São Paulo. Os centros regionais e sub-regionais, constituídos majoritariamente por cidades médias, cada vez mais assumem papel de protagonistas na produção nacional e, como Andrade e Serra (2001) fazem alusão, responderam por cerca de 30% do PIB brasileiro em 2001. Além do destaque do ponto de vista econômico, também são desejáveis pela qualidade de vida que oferecem, por ainda conseguirem conciliar duas importantes expectativas dos cidadãos: oferta de serviços de qualidade e governabilidade ainda considerada possível, principalmente diante das grandes metrópoles nacionais e regiões metropolitanas, embora também passem a apresentar, em maior ou menor grau, as dificuldades e problemas urbanos sociais antes mais discutidos e visíveis apenas nestas regiões.



Sobre o processo de concentração industrial, Singer (1977) definia que um dos efeitos do desenvolvimento não-planificado é precisamente este: concentrar espacialmente a indústria e especializar a agricultura. Com o desenvolvimento, a divisão de trabalho “internacional” é substituída por uma divisão de trabalho “intranacional”. Este processo, quando não planejado, se dá pela transformação de um dos núcleos urbanos em “polo industrial” de todo país. O processo de desconcentração industrial atingiu com grande complexidade a área da Grande São Paulo, que, apesar de perder participação na produção industrial, principalmente para os centros regionais próximos à sua região metropolitana, foi se especializando em atividades mais dinâmicas do setor terciário e serviços de alta tecnologia, ao mesmo em que o interior paulista inseria-se na produção econômica nacional (CAIADO, 1995; SPOSITO, 2007), ainda que não de forma homogênea em termos de estrutura produtiva.

## 7 Referências Bibliográficas:

- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/96. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (orgs.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro, IPEA, 2001.
- ATLAS BRASIL 2013. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. PNUD. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 2 de maio de 2018.
- CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 3, p. 46-53, 1995.
- CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/ São Paulo, Difel, 1977.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e sociedade*, v. 8, p. 101-139, 1997.
- CANO, W. Questão regional e política econômica nacional. *Texto apresentado no Seminário Painéis sobre o desenvolvimento brasileiro*, Rio de Janeiro, BNDES, 23 de setembro de 2002.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- CANO, W. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- CANO, W.; GUIMARÃES NETO, L. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. *Revista Iberoamericana de Economia Política*, n. 10, p. 167-184, 1986.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc, 1966, 230 p.



- CLAVAL, P. La Teoría de los Lugares Centrales. In: Textos Básicos 1: Centralidade - Regionalização. Rio de Janeiro, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1968.
- CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COUTINHO, L. G. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, v. 01.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Divisão Regional do Estado de São Paulo. Evolução Histórica 1964-2016*. Disponível em: < <http://www.imp.seade.gov.br/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Perfil dos municípios paulistas*. Disponível em: < <http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em 02 de julho de 2018.
- GOULART, J. O.; TERCI, E. T.; OTERO, E. V. A dinâmica urbana de cidades médias do interior paulista sob o Estatuto da Cidade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, p. 183-200, 2013.
- GOULART, J. O.; TERCI, E. T.; OTERO, E. V. Planos diretores e participação política: políticas públicas de planejamento entre o empresariamento e o estatuto da cidade. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 3, p. 455-476, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Região de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico*. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017*. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LEÃO, C. S. Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 32, vol.1, p. 135-153, 2010.
- MOTTA, D.; MATA, D. Crescimento das cidades médias. *Boletim Regional Urbano*. Brasília: IPEA, n. 1, dez. 2008, p. 33-38. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 16 de junho de 2017.
- NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: UNICAMP.IE, 1994. (Tese de Doutorado).
- OTERO, E. V. As Cidades Médias do Interior Paulista no Processo de Desconcentração Industrial e Interiorização do Desenvolvimento após 1970. Monografia final da disciplina AUP 5840 do curso de Pós-graduação da FAU USP, 2012.
- RAMOS, T. M. A. Interações espaciais no estado de São Paulo: uma análise comparativa entre dois tipos de redes. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 21, p. 76-95, 1998.
- ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha - limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Estudos urbanos*, v. 11, n. 2, p. 31, 2009.
- ROSSETTI, J. P. *Política e programação econômicas*. São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2ª edição. SP: Cia. Editora Nacional, 1977.
- SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.



- SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades de São Paulo*. Tese (Livre Docência) – Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2004. 508p.
- SPOSITO, E. S. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana do Estado de São Paulo. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, vol. XI, núm. 245, 2007.
- SPOSITO, E. S. Rede urbana e eixos de desenvolvimento: dinâmica territorial e localização da indústria e do emprego no estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (ORG.). *O novo mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais no estado de São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.
- STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: THOMPSON, A.; SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: < <https://www.en.ipea.gov.br> >. Acesso em 7 de junho de 2017.
- SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 8, n. 4, p. 5-16, 1988.
- THÉRY, H.; MELLO, N. A. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 157.